

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.235.142 - PR (2018/0007873-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
AGRAVANTE : **SILVIA TEREZINHA PFEIFFER**
ADVOGADOS : **IVAN DE AZEVEDO GUBERT E OUTRO(S)** - PR007495
VALERIA SUSANA RUIZ VARESQUI - PR037384
VIVIANI COSTA - PR041646
NELCIMARA APARECIDA COSTA ROCHA DO VALLE -
PR066461
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **SILVIA TEREZINHA PFEIFFER** contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que negou seguimento ao recurso especial.

O acórdão atacado pelo especial restou assim ementado:

"PENAL E PROCESSO PENAL CORRUPÇÃO ATIVA. ART. 333 DO CÓDIGO PENAL. SUFICIÊNCIA DE PROVAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA.

1. Comprovadas a materialidade, a autoria e o dolo, resta mantida a condenação pela prática do crime de corrupção ativa (Código Penal, art. 333).
2. O fato de a acusada ser empresária, por si só, não demonstra sua maior capacidade de determinar-se contrariamente ao delito. Além do mais, a aproximação da ré com o funcionário corrompido, o qual integrava alto escalão de empresa pública federal, constitui elemento que se insere no próprio quadro fático que serviu de arcabouço para a condenação, não podendo ser utilizada para fins de valoração negativa da vetorial culpabilidade.
3. O crime foi cometido com o emprego de modus operandi requintado e com uso de subterfúgios, o que autoriza a valoração negativa das circunstâncias do delito.
4. São graves as conseqüências do crime, quando o fato criminoso repercute imagem negativa sobre a INFRAERO perante a sociedade.
5. Houve colaboração espontânea da ré com a persecução criminal, a justificar a redução da pena, conforme o art. 14 da Lei 9868/99.
6. O e. STJ sedimentou o aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações em continuidade delitiva; 1/5, para 3 infrações; 1/4, para 4 infrações; 1/3, para 5 infrações; 1/2, para 6 infrações; e 2/3, para 7 ou mais infrações (AgRg no REsp 1169484/RS, Rei. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 16/11/2012)." (e-STJ, fl. 1.227)

No especial, a defesa alega violação dos arts. 13 e 14 da Lei n. 9.807/99, bem como do art. 66 do Código Penal. Aduz que a redução da pena por força da

colaboração espontânea deve ser mais generosa e que, no caso, aplica-se a atenuante do art. 66 do CP.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 1.252-1.258).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 1.310-1.314).

É o relatório.

Decido.

O presente agravo deve ser conhecido, já que reúne os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade.

O recurso especial, entretanto, realmente encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.

A Corte de origem, ao examinar a colaboração da ré para as investigações, concluiu que, por ter sido parcial e apenas na fase pré-processual, deveria ter redução mínima:

"Ambas as partes, bem como a Procuradoria Regional da República postulam seja reconhecida a colaboração premiada, com a redução da pena da ré, na forma do art. 66 do Código Penal e do art. 14 da Lei nº 9.868/99.

A colaboração premiada é instituto previsto em legislação especial, podendo conduzir à diminuição da pena, como preconizado no art. 14 da Lei nº 9.807/99, que assim dispõe:

Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços.

A Lei nº 9.807/99 não prevê formalidade para a delação, embora somente a colaboração efetiva possa atrair a hipótese de redução da pena. Como titular da ação penal (art. 129, I, da Constituição Federal), é o Ministério Público, em princípio, que deve estar à frente das propostas de concessão das vantagens legais aos réus colaboradores. Embora a ré Silvia Terezinha Pfeiffer negue responsabilidade pelos crimes que noticiou à autoridade policial, tais fatos somente foram descortinados a partir de sua notícia-crime e das provas que apresentou. De fato, a recorrida contribuiu espontaneamente na fase pré-processual com a persecução criminal, tendo prestado depoimentos na esfera policial e perante outras autoridades, conforme elementos constantes do evento 01, INQ3, p.04/17, AP-INQPOL8, p.05/55, AP-INQPOL9, p.01/81, AP-INQPOL9, p. 152/226, AP-INQPOL11, p.43/44, e AP-INQPOL12, p.09/13, dos autos 5017377-76.2012.4.04.7000.

Assim, necessário concluir ter havido colaboração espontânea com a persecução criminal, a justificar redução de pena, conforme art. 14 da Lei 9868/99.

Entretanto, tal colaboração **apenas ocorreu na fase pré-processual** e, ainda assim, **de forma parcial**, razão pela qual tem incidência no caso a redução mínima de 1/3 prevista naquele diploma legal." (e-STJ, fl. 1.224; grifou-se)

Portanto, como já adiantado, rever as conclusões a que chegou a instância ordinária, nos moldes como requerido no presente recurso, demandaria, necessariamente, reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ.

Esta Corte possui precedentes sobre a matéria:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] DELAÇÃO PREMIADA. QUANTUM DE REDUÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO VERBETE N. 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

- A Corte de origem negou a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 concluindo que o agravante integra organização criminosa. Rever essa premissa importa em incursão no conteúdo fático-probatório carreado aos autos, tarefa inviável em recurso especial, a teor do verbete n. 7 da Súmula deste Tribunal.

- A pretensão de readequar o quantum de redução aplicado pela delação demanda reexame de matéria fático-probatória e encontra óbice no enunciado n. 7/STJ.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 181.466/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 19/08/2015);

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. DELAÇÃO PREMIADA. ART. 14 DA LEI N. 9.807/1999. FRAÇÃO APLICADA NO PATAMAR DE 2/3. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.

1. Tendo em vista que o Tribunal a quo fundamentou a aplicação da fração em patamar máximo, rever tal fundamentação demandaria a incursão ao acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível em recurso especial, ante o óbice da súmula 7/STJ.

[...]

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1472404/AL, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 20/08/2015)

"PROCESSUAL PENAL. [...] 2. DELAÇÃO PREMIADA. PERDÃO JUDICIAL. CABIMENTO RECHAÇADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ENTENDIMENTO DIVERSO. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. 3. FRAÇÃO DE REDUÇÃO. PLEITO DE MODIFICAÇÃO. SITUAÇÃO OBJETO DE ANTERIOR AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]

[...]

2. Com arrimo nos fatos da causa, a fundamentação das instâncias de origem para rechaçar a aplicação do perdão judicial na delação premiada dos pacientes se presta a supedanejar dada conclusão e, para se adotar diverso entendimento, há necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório, providência incabível na angusta via do habeas corpus.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido." (HC 289.440/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 25/11/2015)

Em relação ao art. 66 do Código Penal, observe-se que, apesar de citá-lo à fl. 1.224 (e-STJ), a Corte de origem não enfrentou as razões de sua incidência ou não na hipótese. Portanto, a tese carece do devido prequestionamento. Por isso, incide, no ponto, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF, segundo a qual "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Ante o exposto, **conheço** do agravo para, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator